

A LÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

*Juversino de Jesus Júnior
Lisandro Braga*

Muito se tem falado a respeito do que viria a ser os partidos políticos bem como o papel que os mesmos exercem na sociedade moderna e as várias instituições que a compõe. Existem importantes referenciais teóricos acerca do assunto elaborados por Robert Michels e Maurice Duverger sendo que o segundo se destaca em relação ao primeiro por apresentar a vantagem de ser mais recente e por consequência, mais informativo. Os demais textos sobre o tema se apresentam de forma descritiva. Não se trata aqui, de afirmar que Duverger não se enquadre nesse grupo de análise descritiva, mas como foi dito possui suas diferenciações e vantagens para o estudo em questão. O partido político tal como é denominado na sociedade moderna, é fruto do sistema capitalista, que se consolida nos séculos XVIII e XIX em alguns países europeus, e do estado burguês, tendo como único objetivo a conquista do poder, seja ela através do processo eleitoral (democracia-representativa) ou do golpe de estado (ditadura). Na sociedade moderna, o partido político vem sofrendo um processo de fetichização tão intenso que passou a ser encarado como valor universal e um fim em si mesmo, o único meio no qual os homens garantem o exercício da prática política. Pois,

ao mesmo tempo que o partido se tornou o principal meio de acesso ao poder político, no âmbito cultural, as representações sobre o partido fazem dele o principal meio de participação política. Isto se deve a um conjunto de crenças que pretendem o monopólio da política pelo Estado, que passa a ser entendido como a instância política máxima, e o monopólio da participação política pelo partido, como o lugar principal para quem pretende interferir na política (Saddi, 2007).

Mas afinal de contas, o que é um partido político? Segundo Nildo Viana, “os partidos políticos são organizações burocráticas que visam legitimar esta luta pelo poder através

da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classes existentes (2003; 12). Portanto, sendo os partidos políticos organizações burocráticas, esses são definidos pela relação “dirigente-dirigidos” que tem como meta se organizar da melhor forma possível no intuito de obter resultados eficientes e positivos em função da sua única razão de ser: conquistar o poder do estado e reproduzir as relações de produção e exploração burguesa.

Mas esses resultados eficientes e positivos que os partidos políticos tanto necessitam obter só são possíveis devido ao fato dos mesmos se tornarem organizações burocráticas, e estas, além de se concretizarem através da burocracia partidária possuem também outras burocracias como por exemplo a burocracia sindical, universitária etc.

A burocracia partidária que, sem dúvida é a principal dentro de um partido, tem como objetivo maior a conquista do poder. Na democracia representativa isto só se torna possível a partir do momento que a mesma consegue apoio e consequentemente o voto da grande maioria formada pelas classes subalternas. Mas, se a burocracia partidária além de almejar o poder pretender também reproduzir as relações de produção capitalista, tornará possível a afirmação de que tal burocracia representa os interesses das classes minoritárias, ou seja, as classes dominantes, assim sendo, como é possível que tais classes obtenham apoio da maioria?

Não resta dúvida que o estado tem um caráter de classe e desta forma os partidos que anseiam a conquista do poder possuem também essa mesma característica. O que as classes dominantes fazem é a apresentação e a inculcação de seus valores costumes e ideologias como se fossem universais e assim esse “pacote-ideológico” é repassado para as classes subalternas que vêem nos discursos políticos dos partidos em época de eleição as soluções para os seus problemas sejam eles de ordem econômica ou social. Desta forma, as classes dominantes conseguem o apoio da maioria apesar de na verdade gerirem o sistema

capitalista, beneficiando apenas uma pequena parcela da população.

Os partidos políticos tais como são apresentados nas sociedades modernas, representam, como vimos, interesses de determinada classe social, portanto ao conquistar o poder, agem no intuito de manter tais interesses acima de tudo, preservando as relações de produção existentes.

Mas o que dizer então dos partidos que pretendem representar os interesses do proletariado como o partido bolchevique e o partido socialista? Tal representação seria possível na democracia-representativa, conhecida também como democracia burguesa? É possível que partidos políticos representem o proletariado ao pretenderem gerir a ordem burguesa?

Mais do que tentar responder tais questionamentos, o que se pretende aqui é mais uma vez demonstrar o que representam os partidos políticos na sociedade moderna que procura impor e impõe a democracia (burguesa e partidária) como valor universal. E isso independe da nomeação que o partido carregue em sua sigla (Ex. PT partido dos trabalhadores etc.).

Desta maneira, ao se burocratarem para atingirem maior eficiência na disputa pelo poder, e ao atingirem o poder, “Os representantes do povo (...) cercam incessantemente suas posições com novas trincheiras defensivas, até conseguirem se libertar por completo do controle popular. É um ciclo natural percorrido por todo representante: oriundo do povo ele acaba por cima do povo” (Michels, 1982, p. 24).

Além do que foi dito anteriormente Viana (2003) faz uma abordagem crítica e sistemática acerca do assunto a partir de questionamentos como o que seria um partido político, bem como, suas classificações: partidos burgueses e social-democratas, lembrando que estes são considerados por muitos pesquisadores como sendo modelo de partido político. Diante do que apresentamos até aqui, surge a seguinte pergunta: De que forma a extensão do direito ao voto apesar de se apresentar como sendo uma vitória de todos serviu na verdade para concretizar a manutenção das classes dominantes no poder?

A história da democracia partidária foi surgindo de maneira bastante gradual e concomitante à extensão do direito ao voto que ocorreu simultaneamente à formação

dos partidos políticos. O sistema partidário nasceu com o intuito de obstacularizar a participação das massas na política, pois todo indivíduo que queira exercer sua participação política através da democracia-representativa deve se enquadrar nas exigências do sistema burocrático partidário que estipula que nenhum indivíduo pode se candidatar caso não seja filiado a um partido. Tal atitude ocorre pois o estado acaba por institucionalizar as lutas de classes e conseqüentemente abafá-las. Sendo assim, percebe-se que a democracia representativa e partidária passa a ser o principal instrumento utilizado para tais fins.

Desta forma os partidos políticos exercem a função de controlar a participação dos indivíduos no processo eleitoral, pois os eleitores só podem votar em candidatos previamente escolhidos por algum partido, portanto, o voto se torna algo direcionado aos interesses de quem controla as relações de produção, ou seja, existe uma verdadeira ilusão acerca do sufrágio universal. “O sistema eleitoral expandiu o direito de voto, mas, ao mesmo tempo, criou novas instituições representativas para realizar uma mediação burocrática entre eleitores e estado.” (Viana, 2003, p. 50)

A partir dessa idéia podemos perceber que o sistema eleitoral não se traduz como um elo entre eleitor e eleito, mas sim um intermediário que se mostra da seguinte maneira: “eleitor-sistema-partidário-eleito.” O eleitor escolhe apenas o candidato aprovado pela burocracia partidária, portanto, tal escolha é controlada pelos interesses da classe dominante.

Os partidos políticos como o conhecemos hoje possuem características inconfundíveis e sempre presentes no processo eleitoral. Quando assistimos ao horário eleitoral gratuito não é muito difícil percebermos que os partidos ao mesmo tempo em que simulam, também dissimulam a fim de convencer os eleitores das mais diversas camadas sociais. Em outras palavras, quando um partido se passa por representante do povo, na verdade ele está fingindo ou criando uma realidade inexistente (está simulando). Mas não para por aí, pois além da simulação os partidos também utilizam sem nenhum problema o método da dissimulação. Nesse caso ocorre a ocultação do real interesse do partido que seria manter a exploração da maioria trabalhadora.

Outra característica dos partidos políticos é o discurso da representação, onde entra como elemento principal o processo de simulação-dissimulação como foi dito anteriormente. A idéia da representatividade é expressa na ocultação da realidade, pois na verdade ninguém representa o outro, os grupos partidários buscam a conquista do poder estatal, como vimos, a fim de favorecer determinada classe social que anseia ter em suas mãos o controle das relações de produção e também a sua ascensão ou permanência enquanto classe dominante.

Além do processo de simulação-dissimulação e do discurso da representatividade na busca pelo poder estatal, o partido necessita ser uma organização burocrática, pois isso também se faz necessário para que seus objetivos sejam alcançados, como já vimos a burocracia se caracteriza por ser a relação existente entre dirigentes e dirigidos e isso se dá tanto no processo eleitoral através da burocracia

Prova disso é que os operários inteligentes e honestos são colocados por muitos chefes à margem da organização, dessa forma, os capitalistas têm essas pessoas completamente nas mãos. Na sua qualidade de novos ricos sem instrução, os chefes operários são particularmente sensíveis à bajulação.

É um fato notório que, nos partidos democráticos atuais, os vastos conflitos de opiniões desenrolam cada vez menos sobre o terreno das idéias com as armas puras da teoria e se degeneram rapidamente em ataques pessoais.

Os esforços tentados para estender um piedoso véu sobre as discórdias que dividem o partido constituem a inevitável conseqüência da organização dirigida segundo princípios burocráticos: seu principal objetivo consistindo em arregimentar no partido o maior número possível de membros e considerar qualquer luta pelas idéias que surgem no seu partido como barreira à realização dos seus fins, isto é como um obstáculo que deve ser evitado por todos os meios possíveis.

Referências Bibliográficas

- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- SADDI, Rafael. Através do poder: resenha do livro de Nildo Viana "O que são partidos políticos?" *Humanidades em foco: revista de ciência, educação e cultura*. Disponível em: http://terra.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidades_foco/anteriores/humanidades_2/html/resenhass_partidospoliticos.htm. Acesso: 05/12/2007.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003.

partidária como após a vitória nas eleições. Em outras palavras, a burocracia dos partidos após lograr êxito no pleito eleitoral, remete grande parte de seus integrantes para a burocracia estatal através da distribuição de cargos.

Aqui se falou em burocracia que significa a relação dirigentes-dirigidos e esses dirigentes possuem interesse na manutenção do *status quo* em que vivem os operários, pois assim, continuará existindo razões para que o proletariado possua representantes e que os mesmos continuem a viver e desfrutar de todos os privilégios que a democracia representativa oferece. Pois no fundo todas as idéias dos chefes burocratas burgueses se concentram agora num só desejo: que exista ainda durante muito tempo um proletariado que os represente e que os faça viver. Mas e os dirigentes operários e particularmente os líderes dos sindicatos profissionais? Bom, tais burocratas só vêem nas suas funções um degrau para a sua elevação pessoal.

Em suma, percebemos que o objetivo final dos partidos políticos é a conquista do poder estatal em nome de uma determinada classe, seja ela burguesa ou operária, pelas vias parlamentares ou insurrecionais e para se chegar a tal objetivo os partidos precisam cumprir alguns requisitos que se mostram indispensáveis: serem organizações burocráticas, difundirem a idéia da representação, cumprirem os ditames da justiça eleitoral e acima de tudo aceitarem que o estado é realmente necessário para que a sociedade possa existir, pois nenhum partido deseja fazer a ruptura que dê fim ao aparelho estatal tal como defendem os marxistas libertários e os anarquistas. Desta forma podemos entender que Revolução e Partido Político são termos distantes e contraditórios pois a revolução proletária não faz parte da lógica de nenhum partido político.